-- CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS –

No que se refere à psicopatologia e a transtornos relacionados ao uso e abuso de substâncias psicoativas, julgue os seguintes itens.

51 Substâncias que produzem, em seu uso inicial, efeitos prazerosos e recompensadores e cujo uso continuado está associado a quadros de dependência são denominadas substâncias psicoativas com potencial de abuso.

52 Álcool, nicotina e opioides são considerados substâncias depressoras do sistema nervoso central.

53 A maconha é classificada como substância tanto dissociativa/anestésica quanto estimulante.

54 Para fins diagnósticos do transtorno por uso de substância, um dos critérios necessários é a síndrome de abstinência ou tolerância a substância associada ao transtorno.

55 Nervosismo, inquietação e insônia são sintomas que podem estar presentes tanto na intoxicação por cafeína quanto na abstinência de *Cannabis*.

Julgue os próximos itens, relativos à psicopatologia e a transtornos relacionados ao uso e abuso de substâncias psicoativas, bem como à atuação do psicólogo e de equipes interdisciplinares e multidisciplinares em saúde.

56 É vedada a realização da primeira entrevista caso o paciente compareça ao atendimento em estado de abstinência grave.

57 Desenvolvimento da aliança terapêutica, escuta ativa e avaliação de riscos constituem estratégias que devem estar presentes ainda na primeira avaliação.

58 Em equipes com atuação multidisciplinar, há uma coordenação compartilhada, com cooperação e comunicação efetiva e abertura para aprendizagem mútua entre os profissionais envolvidos.

59 Em pacientes com transtorno por uso de cocaína, a fissura consiste em um sintoma frequente e um dificultador na prevenção de recaídas.

60 Fadiga, hipersonia e depressão podem estar presentes na fase aguda em quadros de abstinência de estimulantes.

61 Instrumentos de avaliação da dinâmica familiar são de grande valia nos cuidados com pacientes com dependência química, por apontarem características e padrões comportamentais no enfrentamento de problemas e desafios nas relações entre os familiares e os pacientes.

Com relação à psicopatologia e às abordagens psicoterápicas, julgue os itens que se seguem.

62 O transtorno da personalidade caracteriza-se por um padrão persistente de vivência pessoal e comportamento desviante em ao menos duas das seguintes áreas: cognição, afetividade, controle de impulsos e(ou) funcionamento interpessoal.

63 Ideias de referência e delírios de referência associados a pensamento mágico podem estar presentes em quadros de transtorno de personalidade esquizotípica.

64 De acordo com teorias psicodinâmicas, as defesas são mais primitivas nas neuroses que nos quadros psicóticos.

65 O desconhecimento do idioma exigido em determinado contexto social não deve ser considerado critério para fins diagnósticos de mutismo seletivo.

Acerca das organizações de trabalho e seu funcionamento, julgue os itens a seguir.

66 Na abordagem dos sistemas abertos, as organizações são consideradas como coletividades altamente formalizadas, voltadas para atingir, de modo colaborativo, objetivos específicos, explícitos e bem definidos.

67 A estrutura administrativa desenvolvida em uma organização, associada a um modo de autoridade racional-legal, envolve a divisão do trabalho entre os participantes, a hierarquia entre setores e as regras gerais que governam o desempenho.

68 Conforme a teoria da racionalidade limitada, as pessoas buscam a otimização absoluta com base em soluções racionais dentro de seu ambiente.

69 Na teoria do agir organizacional, o conceito de estruturação reforça a noção de uma estrutura objetiva que se impõe aos indivíduos.

70 No ambiente organizacional, a cultura é imposta sobre uma situação social.

No que se refere ao comportamento humano no ambiente de trabalho, julgue os próximos itens.

71 As dimensões motivacionais do trabalho são autonomia, variedade da tarefa, significado da tarefa, identidade da tarefa e *feedback*.

72 Quanto maior a satisfação no trabalho dos funcionários, maiores os custos envolvidos com a manutenção da força de trabalho.

73 A reestruturação produtiva em voga nos dias atuais tem produzido indicadores negativos com relação ao tempo de produção e distribuição de produtos industriais.

74 A ergonomia da atividade situa-se nas especificidades da análise da demanda, que é uma etapa estratégica da análise ergonômica do trabalho.

75 A regulação emocional por parte do trabalhador pode protegê-lo dos efeitos negativos da agressão nas relações com colegas de trabalho.

76 Líderes orientados para tarefas são mais efetivos em situações moderadamente favoráveis, enquanto líderes orientados para relacionamentos são mais efetivos em situações altamente desfavoráveis.

A respeito da aprendizagem, do treinamento, da seleção e da avaliação profissional no contexto da organização, julgue os itens subsequentes.

77 A aprendizagem nos contextos de organizações de trabalho envolve, além de aquisição, retenção, generalização e transferência.

78 Indicadores de desempenho são utilizados pelas áreas de gestão de pessoas para adequar os processos de trabalho ao indivíduo.

79 O favoritismo endogrupal influencia negativamente as práticas de recrutamento e seleção.

80 A clareza e a precisão das informações com relação às necessidades de treinamento determinarão o sucesso na elaboração de desenhos metodológicos que atendam adequadamente ao planejamento, à execução e à avaliação das ações educativas relativas ao público-alvo.

O contabilista Mateus, que humilhou o entregador Matheus Barbosa, em Valinhos, no interior de São Paulo, será submetido a uma perícia para verificar sua sanidade mental. A informação foi passada pelo delegado responsável pelo caso, Luís Henrique. Ainda na delegacia, após Barbosa denunciar o caso de racismo, Fernando, pai do contabilista, informou aos policiais que seu filho sofre de esquizofrenia e que seria esse o motivo para o seu descontrole no condomínio.

Polícia pedirá avaliação psicológica de racista que humilhou entregador em Valinhos. *In*: **Brasil de Fato**. 12/8/2020 (com adaptações).

Considerando o texto precedente, julgue os itens a seguir, acerca da relação entre psicopatologia e criminalidade.

81 Não existe nenhuma relação entre apresentar um transtorno mental e cometer crimes ou atos violentos, já que outros fatores de risco, como o gênero do autor, a sua idade e o consumo abusivo de substâncias, são os que realmente estão ligados ao cometimento de crimes.

82 A mídia de massa contribui para a propagação de concepções públicas negativas em relação aos transtornos e sua relação com os crimes, ao retratar de forma sensacionalista crimes violentos cometidos por pessoas com transtornos mentais, geralmente não reconhecendo que a maioria dos atos violentos na sociedade é praticada por pessoas sem transtornos mentais.

83 O comportamento criminoso violento é um fenômeno multideterminado, ou seja, diversos fatores costumam influenciar na sua ocorrência, não sendo razoável supor que um único fator, como possuir um transtorno mental, será capaz de determinar sozinho se alguém cometerá um crime violento ou não.

84 Em casos como o tratado no texto apresentado, é fácil identificar por meio de uma perícia quando o autor de um comportamento criminoso ou violento estava em um estado psicótico ou possuía algum transtorno, como esquizofrenia, no momento em que agiu de forma inadequada, principalmente porque a maior parte da população de esquizofrênicos comete atos de violência.

85 Um ambiente hostil, como o sistema prisional e hospital psiquiátrico, possui características que podem afetar drasticamente a saúde mental de indivíduos, podendo vir a provocar uma maior incidência de transtornos mentais nesses grupos.

Tendo como referência os princípios e leis que regem a atuação do psicólogo no âmbito judicial, julgue os itens subsecutivos.

86 Psicólogo como agente executor de medidas socioeducativas, quando se utilizar de forma comportamental arbitrária a garantida na Lei n.º 8.069/1990, tem como penalidade medidas aplicadas e(ou) previstas pelo Conselho Tutelar, com prejuízo de outras providências legais.

87 No âmbito judicial, é comum que profissionais da psicologia usem a técnica conhecida como constelações familiares, a qual dispõe de sólido embasamento científico e é reconhecida pelo Conselho Federal de Psicologia como uma ferramenta válida para atuação em varas de família.

88 O profissional da psicologia pode atuar como assistente técnico de uma das partes envolvidas em um processo jurídico, situação na qual ele pode complementar e(ou) argumentar acerca do estudo psicológico desenvolvido pelo psicólogo perito, não devendo estar presente durante a realização dos procedimentos que norteiam o atendimento do psicólogo perito e vice-versa, mas tendo direito a acessar informações relativas às diligências e aos exames que o psicólogo perito realizar.

89 Se um profissional da psicologia forneceu um parecer técnico ligado a um caso jurídico no qual atuou, ele não deveria ser convocado como testemunha nesse mesmo caso, mas sim como profissional que deverá prestar esclarecimentos sobre seu laudo ou relatório psicológico; neste caso, apesar da participação na audiência ser obrigatória, o profissional só deve atender às exigências feitas pela justiça que não sejam contrárias aos princípios éticos da profissão.

90 Quando, em determinado caso judicial, um juiz solicitar a um profissional da psicologia o uso de uma técnica específica, é esperado que ele aja de acordo com a solicitação e a obedeça, já que não cabe a ele discutir com a autoridade jurídica se o uso daquela técnica é apropriado ou não.

91 Durante sua atuação no âmbito judicial, as conclusões dos escritos produzidos por profissionais da psicologia devem ater-se ao âmbito da psicologia, não sendo atribuição de tais profissionais proferir sentenças ou soluções jurídicas como, por exemplo, decidir disputas de guarda; a determinação de qual modalidade de guarda será aplicada ou, ainda, quem será o guardião, se for o caso, será estabelecida na sentença a ser proferida pelo juiz.

Com base na Lei n.º 13.140/2015, que dispõe sobre a mediação entre particulares como meio de solução de controvérsias, julgue os seguintes itens.

92 Considera-se mediação a atividade exercida por terceiro imparcial e com poder decisório, que, escolhido ou aceito pelas partes, as auxilia e estimula a identificar ou desenvolver soluções consensuais para a controvérsia.

93 Entre os princípios que devem orientar a mediação, incluem-se o da imparcialidade do mediador, da isonomia entre as partes, da confidencialidade, da autonomia da vontade das partes e da busca do consenso.

94 O mediador extrajudicial pode ser qualquer pessoa capaz que tenha a confiança das partes, sendo necessário que ela comprove a inscrição em um conselho, entidade de classe ou associação ligada a uma área relevante para conduzir a mediação.

95 Toda e qualquer informação relativa ao procedimento de mediação deve ser confidencial em relação a terceiros, podendo ser revelada apenas em processo arbitral ou judicial, ou quando pelo menos uma das partes expressamente decida de forma diversa, ou mesmo quando sua divulgação for exigida por lei ou for necessária para cumprimento de acordo obtido pela mediação.

Espaço livre

Julgue os itens a seguir, à luz do disposto na Resolução CNJ n.º 343/2020.

96 Considera-se pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

97 Para fins de concessão das condições especiais de trabalho, deverão ser considerados o contexto e a forma de organização da família, a necessidade do compartilhamento das responsabilidades e a participação ativa dos pais ou responsáveis legais, com o objetivo de se garantir a construção de um ambiente saudável e propício ao crescimento de filhos e dependentes e ao bem-estar de todos os membros da unidade familiar.

98 Magistrados e servidores que estejam sob o regime de teletrabalho devem realizar as audiências por meio de videoconferência, utilizando apenas equipamentos fornecidos pela unidade jurisdicional em que atuam.

99 A condição especial de trabalho para magistrados e servidores com deficiência implicará despesas para o tribunal.

100 A concessão de condição especial de trabalho, aplicável aos servidores com deficiência, pressupõe a existência de autorização expressa do beneficiário e de laudo de junta médica que comprove a patologia, não podendo ser revogada pelo tribunal, ainda que o beneficiário decida deixar de seguir o tratamento prescrito.

Julgue os seguintes itens, com base na Resolução TJPA n.º 17/2021.

101 Poderão ser considerados dependentes legais dos magistrados e servidores para a concessão de condição especial de trabalho os pais, os avós ou os bisavós, declarados ou não como dependentes no imposto de renda, desde que não coabitem ou gozem o suporte social de outro familiar.

102 O magistrado ou servidor que tenha filho ou dependente com deficiência, com necessidades especiais ou doença grave legal poderá requerer à presidência do TJPA a concessão de condição especial de trabalho.

103 Será concedido horário especial ao magistrado ou servidor com deficiência quando comprovada a necessidade por junta de saúde do TJPA, independentemente de compensação de horário.

104 A manutenção das condições especiais de trabalho depende da apresentação mensal, pelo magistrado ou servidor com deficiência, de laudo técnico que ateste a permanência da situação que ensejou a concessão, salvo se o motivo apresentado for transitório, situação na qual deve ser apresentado novo pedido com antecedência mínima de 10 dias úteis antes do termo final, em qualquer caso.

No que diz respeito aos assédios sexual e moral, julgue os próximos itens.

105 Tanto o assédio sexual quanto o assédio moral são decorrentes de práticas de abuso de poder, seja no ambiente do trabalho, seja no contexto social mais amplo.

106 O assédio sexual que ocorre no ambiente do trabalho é considerado dano laboral, visto que se restringe ao contexto organizacional.

107 O sexismo no trabalho distingue-se do sexismo na sociedade em geral, já que o contexto laboral envolve preceitos sociais específicos.

108 O assédio sexual produz inúmeros reflexos na saúde das mulheres trabalhadoras e no ambiente de trabalho.

Julgue os itens seguintes, no que se refere à teoria do conflito e a aspectos a ela relacionados.

109 Considera-se mediação a atividade técnica exercida por terceiro imparcial sem poder decisório, que, escolhido ou aceito pelas partes, as auxilia e estimula a identificar ou desenvolver soluções consensuais para a controvérsia.

110 Um dos princípios fundamentais da negociação colaborativa é buscar um resultado satisfatório para pelo menos uma das partes, sem a utilização de truques ou armadilhas, sendo o propósito dessa negociação tratar o outro não como oponente, mas como parceiro para a realização de um acordo.

111 A empatia, ainda que exercida por apenas uma das partes em negociação, sempre resultará em acordos vantajosos para ambas as partes.

112 A negociação deve basear-se em critérios objetivos e interesses mútuos, em vez de fundar-se em posições rígidas ou disputas de poder.

Julgue os itens que se seguem, referentes à importância da psicologia para o Poder Judiciário e à integração da psicologia com o direito.

113 A atuação do psicólogo jurídico abrange a realização de diagnósticos e perícias judiciais, o acompanhamento psicológico, a mediação de conflitos e a participação em equipes multidisciplinares.

114 A inserção dos psicólogos no sistema de justiça tornou-se obrigatória a partir da promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, o qual define as equipes interdisciplinares como órgão auxiliar do juízo em todos os tribunais de justiça do país.

115 Os primeiros cargos de psicólogo no Poder Judiciário no Brasil foram criados nos anos 2000, tendo sido o estado do Rio Grande do Sul o pioneiro na realização de concurso público para o preenchimento de vagas em serviços técnicos especializados com psicólogos para atuação na área da infância e da juventude.

116 No campo da psicologia jurídica, a atuação do psicólogo exige cuidados específicos acerca da aplicabilidade dos princípios éticos, visto que as ações do profissional nessa área norteiam decisões judiciais, podendo ser determinantes na judicialização de conflitos.

Julgue os itens subsequentes, relativos a vitimologia e psicologia das vítimas.

117 A vitimologia, como campo autônomo, limita-se ao estudo do comportamento criminoso do agressor em relação à vítima, não se ocupando das consequências emocionais, sociais e jurídicas da violência sofrida.

118 Depoimento especial consiste no procedimento de oitiva de criança ou adolescente vítima ou testemunha de violência perante autoridade policial ou judiciária.

119 A Constituição Federal de 1988 inovou em matéria de direitos humanos e reparação direta pelo Estado ao prever, de forma expressa e detalhada, o direito das vítimas de crimes violentos a atendimento psicológico e indenização pelo Estado.

120 A escuta especializada é o procedimento de entrevista sobre situação de violência com criança ou adolescente, realizada em local apropriado e acolhedor que garanta a privacidade da criança ou adolescente.